



BOLETIM INFORMATIVO DA PARÓQUIA DE SANTO ANTÓNIO DOS CAVALEIROS

Director: *Pe. Frei Ricardo Rainho, O. Carm.* - ANO XII - II Série - Nº 99 - Fevereiro de 2007

REFERENDO: SIM ou NÃO?

No próximo domingo, dia 11 de Fevereiro, os portugueses serão consultados num referendo sobre o aborto. O nosso Bispo, o Senhor Cardeal-Patriarca de Lisboa, resolveu publicar, até à realização do referendo, uma série de textos que exprimem o seu pensamento acerca das questões levantadas pelo aborto. A publicação destas reflexões, hoje a quinta reflexão, pretende ajudar os cristãos da nossa comunidade a reflectirem e a meditarem mais profundamente sobre esta questão, para que a sua decisão seja o mais esclarecida e consciente possível.

V – A dignidade da consciência

1. Ao sermos consultados sobre uma questão tão delicada como é a legalização do aborto, a resposta é pessoal e livre, empenhativa da própria consciência. Quanto mais grave é a questão, maior é a responsabilidade da consciência. É como se dependesse de cada um de nós permitir ou proibir a legalização do aborto. São momentos em que a responsabilidade da liberdade é enorme, pois cada um torna-se corresponsável da decisão que vier a ser tomada.

Todos parecem estar de acordo que esta é uma questão de consciência, embora na maneira como o afirmam, nem sempre transpareça o sentido da sua dignidade. A consciência é o santuário mais íntimo da pessoa humana, expressão máxima da liberdade e da capacidade de dar sentido à própria existência, onde se afere o que é bem e o que é mal, onde se adopta o sentido radical da vida, onde se tomam as opções que a guiam e comprometem.

A consciência é o encontro das mais nobres faculdades humanas: a inteligência, a vontade, a liberdade. Por isso, ela tem de ser iluminada pela verdade, sustentada pela capacidade de decisão e exprimir-se livremente. O exercício da liberdade deveria ser sempre uma opção de consciência.

Não se pode violentar a consciência, pressionando-a, iludindo-a com falsas verdades, desviando-a do essencial da sua responsabilidade. Violentar a consciência é o mais grave atropelo da dignidade da pessoa humana.

2. Dada a sua dignidade e responsabilidade, a consciência precisa de ser iluminada pela verdade. Formar

a própria consciência é sempre, mas sobretudo nas questões mais graves, procurar a luz da verdade. A consciência do cristão precisa de ser iluminada, não apenas pela luz natural, mas pela Palavra de Deus e pelo ensinamento da Igreja, coerente e unânime ao longo de uma longa tradição. Só a luz da verdade indica com clareza o caminho a seguir e a decisão a tomar.

Neste caso concreto é preciso escutar o essencial dessa mensagem: toda a vida é um dom de Deus, só Deus é Senhor da vida, nenhuma decisão humana contra a vida é legítima e honesta. Este respeito pela vida radicaliza-se no mandamento novo do amor: amai-vos uns aos outros. Só no amor fraterno a consciência atinge a plenitude da sua dignidade. Isso aliás está expresso no quinto mandamento da Lei de Deus: “Não matarás nem causarás dano, a ti mesmo, ou ao teu próximo”. Ninguém pode fazer mal ao seu semelhante.

Nem todos são capazes de acolher a luz da Palavra de Deus, que supõe a fé. Mas no caso do respeito pela vida, esta Palavra está impressa no coração de cada homem, é uma lei natural, que é parte constitutiva da dignidade do ser humano e que iluminará a consciência, se esta não for perturbada com mentiras ou meias verdades.

3. Situações como esta, em que uma comunidade inteira é convidada, ao mesmo tempo, a tomar uma decisão de consciência das mais empenhativas da liberdade humana, não são frequentes, penso mesmo que devem ser excepcionais, para não se tornarem ilegítimas. Pedir aos portugueses que, todos ao mesmo tempo, tomem uma decisão de tal gravidade, é muito mais que o vulgar exercício da democracia, em si mesma, como sistema político, orientada para a gestão da “coisa pública”. Não se pode perguntar, repetidamente, aos portugueses se aceitam a legalização do aborto, ao sabor dos ritmos políticos.

4. Neste tempo de esclarecimento, todos se devem confrontar com a verdade acerca da vida desde o seu início. Escutem, antes de mais, a voz íntima do seu coração, tantas vezes abafada pelos afectos e pelo barulho feito à volta desta questão. Escutem o testemunho da ciência, de médicos e psicólogos que nos têm vindo a proclamar a beleza da vida, desde o seu início, e dos traumas humanos provocados nas mulheres que abortam. Escutem o testemunho comovido de mulheres que abortaram e a alegria já manifestada por aquelas que venceram essa tentação e sentem hoje a alegria do filho que deixaram nascer. Escutemos, sobretudo, a Palavra de Deus e a voz da Igreja, que tem a doutrina que afirma, não por contradição, mas na fidelidade à verdade fundamental sobre a vida e sobre o homem. A defesa desta verdade, a Igreja fá-la por fidelidade, tantas vezes partilhando a dor de quem sofre este drama, e que ela toca ao vivo no mais discreto do seu ministério.

Nesta abertura à verdade que ilumina a nossa consciência, temos de nos defender de alguns obstáculos: da pressão sobre nós exercida por visões ideológico-partidárias e por movimentos de opinião. Mas temos, sobretudo, de nos

defender de meias verdades e, sobretudo, das inverdades que podem surgir no calor da campanha em favor da opção que se deseja. Antes da responsabilidade do voto, cada um de nós tem, neste momento, a responsabilidade de procurar a verdade, pois só ela nos iluminará. E isso faz-se escutando os outros, esclarecendo dúvidas, debatendo perspectivas.

5. No dia 11 de Fevereiro próximo, na solidão de um voto, cada um de nós estará sozinho com a sua consciência, tornando-se corresponsável de uma decisão grave para a vida de pessoas e para a sociedade como um todo. O momento do voto não é comparável àquele em que uma mulher, também sozinha, tem de tomar a decisão de abortar ou não. Aí a decisão é envolta em drama, diz respeito a uma vida concreta, a que tem no seu seio, e aí joga a sua dignidade e o seu futuro. Mas a nossa decisão tem também a densidade de decidir do destino de muitos seres humanos e da grandeza e dignidade da sociedade que somos. Transformar a possibilidade do aborto num direito adquirido, tem consequências de civilização.

† JOSÉ, Cardeal-Patriarca

João Paulo II: o Papa da Vida

“É aquilo que realmente acontece, mesmo no âmbito mais especificamente político e estatal: o primordial e inalienável direito à vida é posto em discussão ou negado com base num voto parlamentar ou na vontade de uma parte — mesmo que seja maioritária — da população. É o resultado nefasto de um relativismo que reina incontestado: o próprio «direito» deixa de o ser, porque já não está solidamente fundado sobre a inviolável dignidade da pessoa, mas fica sujeito à vontade do mais forte. Deste modo e para descrédito das suas regras, a democracia caminha pela estrada de um substancial totalitarismo. O Estado deixa de ser a «casa comum», onde todos podem viver segundo princípios de substancial igualdade, e transforma-se num *Estado tirano*, que presume de poder dispor da vida dos mais débeis e indefesos, desde a criança ainda não nascida até ao idoso, em nome de uma utilidade pública que, na realidade, não é senão o interesse de alguns.

Tudo parece acontecer no mais firme respeito da legalidade, pelo menos quando as leis, que permitem o aborto e a eutanásia, são votadas segundo as chamadas regras democráticas. Na verdade, porém, estamos perante uma mera e trágica aparência de legalidade, e o ideal democrático, que é verdadeiramente tal apenas quando reconhece e tutela a dignidade de toda a pessoa humana, é *atraído nas suas próprias bases*: «Como é possível falar ainda de dignidade de toda a pessoa humana, quando se permite matar a mais débil e a mais inocente? Em nome de qual justiça se realiza a mais injusta das discriminações entre as pessoas, declarando algumas dignas de ser defendidas, enquanto a outras esta dignidade é negada?». Quando se verificam tais condições, estão já desencadeados aqueles mecanismos que levam à dissolução da convivência humana autêntica e à desagregação da própria realidade estatal.

Reivindicar o direito ao aborto, ao infanticídio, à eutanásia, e reconhecê-lo legalmente, equivale a atribuir à liberdade humana um *significado perverso e iníquo*: o significado de um *poder absoluto sobre os outros e contra os outros.*” (João Paulo II, *Evangelium Vitae*, n.º 20)

“Um pensamento especial quereria reservá-lo para vós, *mulheres, que recorrestes ao aborto*. A Igreja está a par dos numerosos condicionalismos que poderiam ter influído sobre a vossa decisão, e não duvida que, em muitos casos, se tratou de uma decisão difícil, talvez dramática. Provavelmente a ferida no vosso espírito ainda não está sarada. Na realidade, aquilo que aconteceu, foi e permanece profundamente *injusto*. Mas não vos deixeis cair no desânimo, nem percais a esperança. Sabei, antes, compreender o que se verificou e interpretai-o em toda a sua verdade. Se não o fizestes ainda, abri-vos com humildade e confiança ao arrependimento: o Pai de toda a misericórdia espera-vos para vos oferecer o seu perdão e a sua paz no sacramento da Reconciliação. Dar-vos-eis conta de que nada está perdido, e podereis pedir perdão também ao vosso filho que agora vive no Senhor. Ajudadas pelo conselho e pela solidariedade de pessoas amigas e competentes, podereis contar-vos, com o vosso doloroso testemunho, entre os mais eloquentes defensores do direito de todos à vida. Através do vosso compromisso a favor da vida, coroados eventualmente com o nascimento de novos filhos e exercido através do acolhimento e atenção a quem está mais carecido de solidariedade, sereis artífices de um novo modo de olhar a vida do homem. (João Paulo II, *Evangelium Vitae*, n.º 99)